

política

Base de Melo volta a se unir na Câmara Municipal

Projetos do Executivo retornaram para votação nesta segunda-feira

/CLIMA

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O pacote de projetos de lei elaborados pelo Executivo de Porto Alegre para a reconstrução da cidade retornou à votação na Câmara Municipal da Capital. Eles haviam sido retirados da pauta na última semana após desavenças entre a base governista na aprovação de emendas aos textos oficiais. Entretanto, nesta segunda-feira, foi possível perceber um retorno da unidade entre os aliados do prefeito Sebastião Melo (MDB).

Foi comum, na votação dos projetos, que emendas protocoladas por adversários políticos fossem rejeitadas quase por una-

nimidade pela base, em especial aqueles que aumentavam valores de programas de moradia. Alguns poucos parlamentares que costumam votar alinhados ao governo Melo divergiram, especialmente as bancadas do PDT e do PSB.

O líder da oposição, Roberto Robaina (PSOL) acredita que a união não deve ser duradoura. “Quando a base se divide, a Câmara avança; quando se unifica, a Câmara retrocede para ficar subordinada aos interesses de um desgoverno que não protegeu a cidade. Mas eu acho que o governo Melo tem uma crise tão grande que nós vamos ver novos episódios de divisão dessa base, que já não tem mais condições de sustentar o governo”, analisa Robaina.

Foram votados e aprovados dois projetos que concedem bene-

fícios habitacionais aos afetados pela enchente. Um deles altera o Programa Mais Habitação - Compra Compartilhada, que auxilia a conceder subsídio para a aquisição de moradias consideradas de interesse social, com o projeto, foi ampliado o público apto a recebê-lo.

O outro, muda dispositivos do bônus moradia, permitindo que pessoas que já utilizaram o benefício possam fazê-lo novamente nos casos de inutilização total do imóvel adquirido anteriormente por meio do bônus-moradia.

Neste último, houve uma exceção, com uma emenda protocolada pela oposição aprovada. De autoria da vereadora Abigail Pereira (PCdoB), a proposição dá prioridade no benefício para famílias chefiadas por mulheres.

Extinção da dívida é apoiada em câmaras do Interior

A extinção da dívida do Rio Grande do Sul com a União tem sido tema de debates no Legislativo nos níveis municipal, estadual e federal. A Presidência da República já sancionou um projeto aprovado pelo Congresso Nacional que suspende o pagamento dos débitos por 36 meses e perdoa seus juros. Entretanto, a medida ainda é vista como insuficiente por cerca de 200 das câmaras municipais do Estado, que aprovaram moções de apoio à extinção total da dívida ao longo do mesmo período.

O argumento dos parlamentares é de que, com a suspensão aprovada, os valores não pagos nesses 36 meses seriam incorporados ao saldo devedor ao término do perí-

do. Com isso, alegam que, embora auxilie a trazer um alívio temporário às finanças estaduais, a proposta não sanará as dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul, que ainda precisará quitar um montante de R\$ 12 bilhões.

Entre os principais municípios que aprovaram moções pela extinção da dívida está o segundo mais populoso do Estado, Caxias do Sul, com votação unânime na Câmara ao requerimento proposto pelo vereador Alexandre Bortoluz (PP).

Dos 15 municípios com a maior população do Estado, outros dois somam-se ao movimento: Passo Fundo, onde a Câmara teve a moção assinada por todos os parlamentares e Erechim, com votação unânime

pela sua aprovação. O Legislativo de Porto Alegre, até o momento não possui pedido de moção protocolado sobre o assunto, apesar de a vereadora Lourdes Sprenger (MDB) ter oficializado apoio à causa.

A maioria dos pedidos foram assinados por parlamentares vinculados ao MDB. No entanto, a movimentação pode ser considerada pluripartidária. No município de Taquara, por exemplo, a proposição partiu da vereadora Magali Vitorina da Silva (União Brasil). “Como agentes públicos, entendemos que o Estado precisará de um suporte financeiro significativo. Por isso, apresentei a moção, para sensibilizar as autoridades competentes sobre a necessidade urgente de amparar o Rio Grande do Sul”, explica Magali.

No documento, ela defende que a suspensão das parcelas da dívida, ao invés da sua anistia “trará novos problemas aos entes afetados pela calamidade pública no momento da retomada desses pagamentos”.

As moções e os dados, compilados pelo MDB Mulher do Rio Grande do Sul, deverão ser encaminhados em um único documento ao governo federal e ao Ministério da Fazenda, formalizando o pedido de anistia. Sua presidente, Cristiane Lohmann, acredita que, com a extinção da dívida, o valor poderá ser utilizado na reconstrução da região após as enchentes.

Vereador da Capital assume cargo no Ministério da Reconstrução do RS

O vereador de Porto Alegre Engenheiro Comassetto (PT) foi nomeado para assumir a Diretoria de Habitação do Ministério Extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, comandado por Paulo Pimenta (PT). Na Câmara Municipal da capital gaúcha, a vaga do parlamentar, que já havia decidido por não disputar a reeleição, será preenchida pelo suplente Everton Moraes Gimenes (PT).

Embora seja engenheiro agrônomo de formação, Comassetto possui experiência na área de construção civil, coordenando a Espaço Ambiental, que articula construção de programas habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida. Como vereador, completa em 2024 duas décadas de atuação.

“Esse convite é um desafio muito grande. Ninguém faz nada sozinho. E aqui tem o Governo Federal, pelo Ministério das Cidades, tem a Caixa Econômica Federal, que é condutora da gestão dos projetos e dos recursos. Então temos que trabalhar em conjunto, com eles, com o governo do Estado e com as prefeituras para a efetivação dessa política”, pontua o vereador Comassetto.

De acordo com o parlamentar, as suas principais funções junto ao Ministério da Reconstrução serão no sentido de auxiliar a atender as demandas da pasta e auxiliar na política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele enxerga o cargo como “uma oportunidade de desenvolver bons projetos habitacionais”.

ELSON SEMPÉ PEDROSO/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC



Engenheiro Comassetto terá atuação com foco em moradias

TCE vai intensificar fiscalização para evitar abuso de preços

“O Tribunal de Contas do Estado (TCE) está vigilante para coibir qualquer abuso cometido com recursos públicos neste momento de emergência”. A garantia é do presidente do TCE gaúcho, conselheiro Marco Peixoto, acrescentado que o órgão está presente em todos os municípios do Rio Grande do Sul, através das nove representações regionais ativas ao longo de todo período de crise. As informações são do TCE.

Peixoto lembrou que desde o início da tragédia que assolou o Estado, o TCE adotou uma postura de orientação aos

gestores públicos para agilizar procedimentos. “Neste contexto, inclusive elaboramos uma cartilha com orientações, além da criação de um grupo trabalho exclusivamente voltado ao trabalho com os municípios”, lembrou.

O presidente do TCE advertiu que as tentativas de abuso não serão toleradas. “Nesse momento de emergência vamos intensificar as ações de fiscalização e de auditoria. É inadmissível que se use a grave situação do Estado para implementar ações ilícitas, como por exemplo o sobrepreço de cestas básicas”, concluiu.



Legislativo de Caxias do Sul é um dos que aderiu à mobilização